



MUNICÍPIO DE FORMOSA DO OESTE

ESTADO DO PARANÁ

AV. SEVERIANO B. DOS SANTOS, 111 - CEP 85830-000 CNPJ: 76.208.495/0001-00 FONE /FAX 44 - 3526 -1122
www.formosadoeste.pr.gov.br

Publicação em: Journal Regional
No Dia: 20 / 08 / 2016
Na Edição n.º: 3877
Página n.º: atos of. 14

LEI Nº 814/2016

Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da lei orçamentária do Município de Formosa do Oeste para o exercício financeiro de 2017 e dá outras providências.

CAPÍTULO I

Das Diretrizes Gerais

Art. 1º. Fica estabelecido, nos termos desta Lei, as diretrizes gerais e as específicas para a elaboração e execução da lei orçamentária do Município de Formosa do Oeste para o exercício financeiro de 2017, de conformidade com os princípios estabelecidos na Constituição Federal, na Constituição Estadual no que couber, na Lei Federal n.º 4.320, de 17 de março de 1964 e da Lei Complementar n.º 101, de 04 de maio de 2000.

CAPÍTULO II

Da Estrutura das Diretrizes Orçamentárias

Art. 2º. As diretrizes orçamentárias compreendem a seguinte estrutura:

- I -** Das Diretrizes Gerais;
- II -** Da Estrutura das Diretrizes Orçamentárias;
- III -** Das Receitas;
- IV -** Das Despesas;
- V -** Das Despesas com Pessoal;
- VI -** Da Gestão Patrimonial;
- VII -** Das Prioridades e Metas da Administração Pública Municipal;
- VIII -** Das Metas Fiscais;
- IX -** Dos Riscos Fiscais;
- X -** Do Orçamento da Administração Direta;
- XI -** Dos Fundos Especiais.
- XII** Das Disposições Gerais e Finais.

Art. 3º. Para efeito desta Lei, entende-se por

I - programa: o instrumento de organização da ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos previstos no plano plurianual;

II - atividade: um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta um produto necessário à manutenção da ação governamental;



MUNICÍPIO DE FORMOSA DO OESTE

ESTADO DO PARANÁ

AV. SEVERIANO B. DOS SANTOS, 111 - CEP 85830-000 CNPJ: 76.208.495/0001-00 FONE /FAX 44 - 3526 -1122
www.formosadoeste.pr.gov.br

III - projeto: um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da ação de governamental; e

IV - operação especial: as despesas que não contribuem para a manutenção das ações governamental, das quais não resulta um produto, e não geram contraprestação direta sob a forma de bens ou serviços.

§ 1º - Cada programa identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de atividades, projetos e operações especiais, especificando os respectivos valores e metas, bem como as unidades orçamentárias responsáveis pela realização da ação.

§ 2º - As atividades, projetos e operações especiais serão desdobrados em subtítulos, unicamente para especificar em sua ação governamental, as metas a que se propõe atingir durante a sua execução.

§ 3º - Cada atividade, projeto e operação especial identificará a função e a sub-função às quais se vinculam.

§ 4º - As categorias de programação de que trata esta Lei serão identificadas no projeto de lei orçamentária por programas, atividades, projetos ou operações especiais, e respectivos subtítulos com indicação de suas ações e/ou metas físicas.

Art. 4º. A proposta orçamentária discriminará a despesa por unidade orçamentária, detalhada por categoria de programação em seu menor nível, com suas respectivas dotações, especificando a esfera orçamentária, as categorias econômicas, os grupos de natureza da despesa e das modalidades de aplicação.

§ 1º - As categorias econômicas estão assim detalhadas:

I - Despesas Correntes; e

II - Despesas de Capital.

§ 2º - Nos grupos de natureza da despesa será observado o seguinte detalhamento:

I - pessoal e encargos sociais;

II - juros e encargos da dívida;

III - outras despesas correntes;

IV - investimentos;

V - inversões financeiras, incluídas quaisquer despesas referentes à constituição ou ao aumento de capital de empresas; e

VI - amortização da dívida.

§ 3º - Na especificação das modalidades de aplicação será observado, no mínimo, o seguinte detalhamento:

I - Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos;

II - Transferências a Instituições Multigovernamentais; e

III - Aplicações Diretas.

Art. 5º. A mensagem que encaminhar o projeto de lei orçamentária conterá:

I - os poderes e órgãos que integrarão a proposta orçamentária, de forma atender os princípios da unidade e universalidade;

II - a origem das fontes de recursos que financiará o orçamento;



MUNICÍPIO DE FORMOSA DO OESTE

ESTADO DO PARANÁ

AV. SEVERIANO B. DOS SANTOS, 111 - CEP 85830-000 CNPJ: 76.208.495/0001-00 FONE /FAX 44 - 3526 -1122
www.formosadooeste.pr.gov.br

III - a demonstração da distribuição despesa aos órgãos e unidades que compõe a proposta orçamentária;

IV - a demonstração da previsão da despesa por função de governo;

V - a demonstração da previsão da despesa por categoria econômica e por natureza;

VI - a demonstração da previsão de aplicação de impostos e despesa na manutenção e desenvolvimento do Ensino, conforme Artigo 212 da Constituição Federal;

VII - a demonstração da previsão dos recursos vinculado ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB, de conformidade com a Emenda Constitucional n.º 53, de 19 de Dezembro de 2006;

VIII - a demonstração da previsão de aplicação de recursos na saúde pública, conforme o disposto na Emenda Constitucional n.º 29/2000;

IX - a demonstração da previsão de gasto com pessoal conforme disposto nos artigos 18, 19 e 20 da Lei Complementar n.º 101/2000;

X - a demonstração do orçamento de capital de forma demonstrar a regra ouro, conforme artigo 12, § 2º da Lei Complementar n.º 101/2000.

XI - a demonstração da previsão do OCA - Orçamento da Criança e Adolescente, nos termos desta Lei dos procedimentos exigidos na IN n.º 36/2009 do Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

Art. 6º. A proposta orçamentária do Município, consolidando todos os seus poderes e órgãos, incluindo o orçamento fiscal e da seguridade social, compor-se-á de:

I - Mensagem;

II - Projeto de lei orçamentária;

III - Tabelas explicativas da receita e despesas;

IV - Sumário geral da receita por fontes e das despesas por funções de governo;

V - Quadro demonstrativo da receita e despesa, por categorias econômicas;

VI - Legislação da Receita;

VII - Anexo demonstrativo da compatibilidade da programação do orçamento com os objetivos e metas constantes do Anexo de Metas Fiscais da LDO;

VIII - Quadros das dotações por órgãos do governo e da administração, na forma dos anexos 6 a 9 da Lei 4.320/64;

IX - Plano de aplicação dos fundos especiais;

X - Descrição sucinta da competência de cada unidade administrativa e respectiva legislação pertinente.

Art. 7º. O Orçamento Geral do Município abrangerá a administração diretas e indireta do Município, compreendendo os poderes legislativo, executivo e os fundos contábeis.

Art. 8º. Na elaboração da proposta orçamentária, as receitas e despesas serão orçadas segundo as disposições desta Lei, podendo ainda ser corrigidas, se necessário, durante a execução orçamentária, através de ato próprio do Poder Executivo, até o limite mensal da inflação verificada no período compreendido



MUNICÍPIO DE FORMOSA DO OESTE

ESTADO DO PARANÁ

AV. SEVERIANO B. DOS SANTOS, 111 - CEP 85830-000 CNPJ: 76.208.495/0001-00 FONE /FAX 44 - 3526 -1122
www.formosadoeste.pr.gov.br

entre o mês seguinte de sua elaboração até o mês de novembro de 2017.

CAPÍTULO III

Das Receitas

Art. 9º. Na estimativa da receita observará as normas técnicas e legais, considerará os efeitos das alterações na legislação, da variação do índice de preços, do crescimento econômico ou de outro fator relevante e será acompanhada de demonstrativos de sua evolução nos exercícios de 2014 e 2015, da previsão de 2016 e da projeção para os exercícios de 2017, 2018 e 2019, e da metodologia de cálculo e premissas utilizadas.

Parágrafo Único - A concessão de benefícios fiscais de caráter não geral será considerada na previsão da receita orçamentária de forma assegurar o cumprimento das metas fiscais previstas para o exercício.

Art. 10. A estimativa da renúncia de receita prevista no Anexo de Metas Fiscais deverá ser demonstrada através de anexo próprio na proposta orçamentária, o seguinte:

- I** - a margem para concessão de renúncia de receita;
- II** - a descrição dos atos legais que fundamentam a renúncia de receita;
- III** - demonstração de que a renúncia foi considerada na estima de receita constante da previsão orçamentária.

Art. 11. No projeto de lei orçamentária, o montante previsto para as receitas de operações de crédito não poderá ser superior aos das despesas de capital.

Art. 12. O Poder Executivo aperfeiçoará a aplicação da legislação tributária, objetivando promover a justiça fiscal do Município e assegurar o cumprimento das metas fiscais.

CAPÍTULO IV

Das Despesas

Art. 13. A previsão da despesa será orçada segundo os preços e custos correntes, vigentes durante a sua elaboração, e seja compatível com as prioridades e metas previstas na presente Lei, em especial o estabelecido no Anexo das Metas Fiscais.

Art. 14. Os critérios para distribuição dos recursos para os órgãos e os poderes do município obedecerão prioritariamente às despesas com pessoal e seus encargos sociais, serviços da dívida, outras despesas de custeio administrativo operacional e precatório judiciais, após poderão ser programados recursos ordinários para atender despesas de capital.

Parágrafo único - A previsão orçamentária não conterá dotação destinada a investimentos em obras novas não incluídas no PPA - Plano Plurianual, excluídas as obras de conservação e adaptação de bens imóveis



MUNICÍPIO DE FORMOSA DO OESTE

ESTADO DO PARANÁ

AV. SEVERIANO B. DOS SANTOS, 111 - CEP 85830-000 CNPJ: 76.208.495/0001-00 FONE /FAX 44 - 3526 -1122
www.formosadooeste.pr.gov.br

pertencentes ao Patrimônio Público Municipal.

Art. 15. A proposta orçamentária da administração direta conterá dotação para reserva de contingência, constituída exclusivamente com recursos do orçamento fiscal, no valor não inferior ao percentual de 0,5% (meio por cento) da receita corrente líquida prevista para o exercício, destinada ao atendimento de riscos fiscais como Despesas Judiciais Extraordinárias e outros passivos contingentes.

Art. 16. Durante a execução orçamentária os atos que resultarem na criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa não prevista no orçamento exigir-se-á o seguinte:

I – estar acompanhada de estimativa do impacto orçamentário nos exercícios de 2017, 2018 e 2019 e das premissas e metodologia de cálculo utilizado;

II – Declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual, tenha compatibilidade com o plano plurianual e com esta Lei.

Art. 17. As despesas correntes derivadas de leis ou atos administrativos, que fixem para o Município a obrigação legal de sua execução, por um período superior a dois exercícios deverão estar instruídas das exigências estabelecida no Inciso I do Artigo anterior, pelo aumento permanente de receita ou pela redução permanente de despesa e acompanhado de comprovação de que não afetará as metas de resultados fiscais.

§ 1º. Será considerado aumento de despesa a prorrogação daquela criada por prazo determinado, que ultrapasse um período superior a dois exercícios.

§ 2º. Entendem-se como despesas irrelevantes, para fins do § 3º, do Artigo 16 da Lei Complementar n.º 101, de 2000, aquelas cujo valor não ultrapasse, para bens e serviços, os limites dos incisos I e II do art. 24 da Lei Federal n.º 8.666, de 1993.

Art. 18. A Administração Direta do Município é autorizada a promover as alterações e adequações de suas estruturas administrativas, com objetivo de modernizar e conferir maior eficiência e eficácia nas ações institucionais e na prestação de serviços públicos, desde que observado o que dispõe o Artigo 17 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

CAPÍTULO V

Da Despesa Com Pessoal

Art. 19. A Administração Direta obedecerá rigorosamente os limites estabelecidos para as despesas com pessoal, e as seguintes condições:



MUNICÍPIO DE FORMOSA DO OESTE

ESTADO DO PARANÁ

AV. SEVERIANO B. DOS SANTOS, 111 - CEP 85830-000 CNPJ: 76.208.495/0001-00 FONE /FAX 44 - 3526 -1122
www.formosadoeste.pr.gov.br

I - Caso a despesa com pessoal ultrapasse o limite prudencial, ou seja, o percentual de 95% (noventa e cinco por cento) do limite correspondente a cada Poder, até que comprove o retorno nos relatórios fiscais do quadrimestre seguinte, ficam proibidos os seguintes atos:

a) - conceder qualquer tipo de vantagens que aumente a despesa;

b) - conceder gratificação a qualquer título;

c) - Aumento salarial, salvo se for em decorrência de sentença judicial, de lei ou contrato, ressalvada a revisão geral anual;

d) - Criar cargo, emprego ou função;

e) - Alterar estrutura de carreira que implique aumento de despesa;

f) - Preencher cargo público;

g) - Admitir ou contratar pessoal a qualquer título, ressalvada para repor servidores que se aposentarem ou falecerem das áreas de educação, saúde e de utilidade pública;

h) - Contratar horas extras;

i) - Conceder promoções e os avanços previstos no plano de carreira.

II - Se a despesa total com pessoal de cada Poder ou órgão ultrapassar os limites máximos definidos na Lei de Responsabilidade Fiscal, sem prejuízo das medidas previstas no Inciso I deste artigo, o excedente terá que ser eliminado nos dois quadrimestres seguintes, sendo pelo menos um terço no primeiro, adotando-se, entre outras, as seguintes providências:

a) - redução em pelo menos vinte por cento das despesas com cargos em comissão e função de confiança;

b) - exoneração dos servidores não estáveis;

c) - perda de cargo de servidor estável, nos termos e condições estabelecidas na Constituição Federal.

Art. 20. Os Poderes Legislativo e Executivo poderão conceder vantagens ou aumento de remuneração, a criação de cargos e funções ou alteração de estrutura de carreira, a admissão de pessoal a qualquer título, condicionada as seguintes exigências:

I - comprovação de que a despesa com pessoal não esteja extrapolando limite de alerta, ou seja, o percentual de 90% (noventa por cento) dos limites para cada poder, estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal;

II - Declaração expressa do ordenador de despesa de cada poder, que a projeção da despesa ao longo dos 12(doze) meses não ultrapassará percentual de que trata o inciso anterior.

III - Demonstrativo da estimativa do impacto na previsão orçamentária nos exercícios de 2017, 2018 e 2019, e a origem dos recursos para o custeio da despesa.

IV - se houver prévia dotação suficiente para atender às projeções de despesa de pessoal e aos acréscimos dela decorrentes, e,

V - lei específica;

Parágrafo Único - Exclui-se das exigências estabelecidas neste artigo, a despesa obrigatória de caráter continuado decorrente da revisão geral dos servidores, prevista no Artigo 37, X, da Constituição Federal, que tem por finalidade a recomposição do poder aquisitivo dos vencimentos defasados em razão da inflação, nos termos do Artigo 17, § 6º da Lei de Responsabilidade Fiscal, cuja



MUNICÍPIO DE FORMOSA DO OESTE

ESTADO DO PARANÁ

AV. SEVERIANO B. DOS SANTOS, 111 - CEP 85830-000 CNPJ: 76.208.495/0001-00 FONE /FAX 44 - 3526 -1122
www.formosadooeste.pr.gov.br

autorização será estabelecida em lei específica.

Art. 21. Os Poderes Legislativo e Executivo são autorizados a promover as alterações e adequações na legislação de pessoal e nas estruturas dos quadros de pessoal, com objetivo de modernizar e conferir maior eficiência e eficácia nas ações institucionais e na prestação de serviços públicos, desde que observado o que dispõe o Artigo 17 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

CAPÍTULO VI

Da Gestão Patrimonial e das Obras em Andamento

Art. 22. As disponibilidades de caixa do Município, incluindo a administração direta e indireta, serão obrigatoriamente depositadas em instituições financeiras oficiais.

Art. 23. O produto de alienação de bens e direitos que integram o Patrimônio Municipal deverá ser aplicado obrigatoriamente em despesas de capital, de forma a preservar o Patrimônio Público.

Art. 24. Em atendimento ao Parágrafo Único do Artigo 45 da Lei Complementar n.º 101/2000, os projetos em andamento por ocasião do encaminhamento desta LDO estão especificados no Relatório contido no Anexo desta Lei.

CAPÍTULO VII

Das Prioridades e Metas da Administração Pública Municipal

Art. 25. Em consonância com o art. 165, § 2º, da Constituição Federal, as prioridades e metas da Administração Pública Municipal para o exercício financeiro de 2017 são as especificadas no Anexo I que integra esta Lei, as quais terão precedência na alocação de recursos na lei orçamentária, não se constituindo, todavia, em limite à programação das despesas.

Parágrafo Único – Os valores das prioridades, metas e ações, poderão sofrer alterações e a devida adequação quando da elaboração da LOA - Lei Orçamentária Anual, as quais, em havendo, por ato próprio, deverão ser procedidas sua adequação no Plano Plurianual e na Lei de Diretrizes Orçamentárias, conforme prevê o art. 7º da Lei Municipal nº 766/2013 que trata do Plano Plurianual para o quadriênio 2014 a 2017.

CAPÍTULO VIII

Das Metas Fiscais

Art. 26. Nos termos dos §§ 1º e 2º do Artigo 4º da Lei Complementar n.º 101, de 04 de maio de 2000, fica estabelecido no Anexo II as Metas Fiscais em conformidade com os Demonstrativos de I a IX da presente Lei, que compreenderá:



MUNICÍPIO DE FORMOSA DO OESTE

ESTADO DO PARANÁ

AV. SEVERIANO B. DOS SANTOS, 111 - CEP 85830-000 CNPJ: 76.208.495/0001-00 FONE/FAX 44 - 3526 - 1122
www.formosadoeste.pr.gov.br

- I** – Demonstrativo I – Metas Anuais;
- II** – Demonstrativo II – Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior;
- III** – Demonstrativo III - Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Metas Fiscais Fixadas nos Três Exercícios Anteriores;
- IV** - Demonstrativo IV – Evolução do Patrimônio Líquido;
- V** - Demonstrativo V – Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com a Alienação de Ativos
- VI** - Demonstrativo VII – Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita;
- VII** - Demonstrativo VIII – Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado;

VIII – Demonstrativo IX - Memória e Metodologia de Cálculos das Metas Anuais de Receita, Despesa, Resultado Primário, Resultado Nominal e Montante da Dívida Pública.

§ 1º - Os valores das metas fiscais devem ser vistos como indicativo e, para tanto, ficam admitidas variações de forma a acomodar a trajetória que as determine até o envio do projeto de lei orçamentária de 2017 ao Legislativo Municipal.

§ 2º - Após a aprovação legislativa da previsão orçamentária, o Anexo II que trata das metas fiscais poderá ser reformulado, mediante lei, objetivando adequar as alterações advindas de mudanças na legislação tributária, financeira e orçamentária que venham ser promovidas pelo Governo Federal no decorrer do exercício, ou resultantes do comportamento da economia nacional, sem prejuízo das metas estabelecidas.

Art. 27. O Poder Executivo demonstrará, em audiência pública perante a Comissão Permanente de Finanças e Orçamento do Poder Legislativo Municipal, até o final dos meses de maio e setembro de 2017 e no mês de fevereiro de 2018, a avaliação em relatórios quadrimestrais das metas fiscais estabelecidas e executadas.

Art. 28. Se verificado ao final do bimestre que a realização da receita poderá não comportar o cumprimento das metas de resultado primário ou nominal, os Poderes Legislativo e Executivo promoverão por ato próprio e nos montantes estabelecidos em Decreto do Executivo, a limitação de empenhos e movimentação financeira segundo os seguintes critérios:

I – redução na mesma proporção entre o previsto e a expectativa de receita, nas despesas e transferências, excluídas:

- a)** as de pessoal e seus encargos patronais;
- b)** ao pagamento dos serviços da dívida;
- c)** as despesas que constituem obrigações constitucionais e legais do Município (Saúde, Educação, assistência social, precatórios e serviços de utilidade pública);
- d)** as decorrentes de convênios, acordo e ajustes firmados com o Governo Federal e Estadual;
- e)** das obras em andamento.

II – vedação de empenhos que se destinem a:

- a)** início de obras e instalações, inclusive as destinadas a conservação e adaptação de bens imóveis;



MUNICÍPIO DE FORMOSA DO OESTE

ESTADO DO PARANÁ

AV. SEVERIANO B. DOS SANTOS, 111 - CEP 85830-000 CNPJ: 76.208.495/0001-00 FONE /FAX 44 - 3526 -1122
www.formosadoeste.pr.gov.br

b) aquisição de bens imóveis por compra, desapropriação ou dação;

c) aquisição de equipamentos e material permanente, exceto destinado às atividades que constituem obrigações constitucionais;

d) abertura de créditos especiais que envolvam recursos próprios;

e) demais despesas que poderão ser evitadas que não venham causar implicações de ordem legal.

§ 1º. As hipóteses indicadas nas alíneas "a" e "d" do inciso II deste artigo são meramente indicativas, cabendo ao ordenador da despesa decidir sobre aquelas cuja vedação cause menos impacto à população e ao funcionamento de atividades e projetos em execução.

§ 2º. No caso de restabelecimento da receita prevista ou do cumprimento das metas fiscais, a execução retornará a normalidade.

CAPÍTULO IX **Dos Riscos Fiscais**

Art. 29. As possíveis despesas contingenciais e outros riscos capazes de afetar as contas públicas, estão avaliados no Anexo IV que trata dos Riscos Fiscais, em cumprimento ao § 3º do Artigo 4º da Lei Complementar n.º 101, de 2000.

CAPÍTULO X **Do Orçamento da Administração Direta**

Art. 30. O Poder Executivo, tendo em vista a capacidade financeira do Município, procederá a seleção das prioridades e metas estabelecidas nesta Lei, a serem incluídas no Projeto de Lei do Orçamento Anual, podendo, se necessário, incluir programas não previstos, desde que financiados com recursos de outras esferas de governo e entidades internas e externas.

Art. 31. O total da despesa da Câmara Municipal não poderá ultrapassar os limites do Artigo 29-A, da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional n.º 25.

Parágrafo único – Os repasses do Poder Executivo a Câmara Municipal, para as despesas com pessoal e subsídio dos Vereadores, será em consonância com os dispositivos da Lei Complementar n.º 101 e da Emenda Constitucional n.º 25.

Art. 32. O Município aplicará 25% (vinte e cinco por cento) da receita resultante de impostos conforme dispõe o Artigo 212 da Constituição Federal, na manutenção e desenvolvimento do ensino, devendo aplicar 60% (sessenta por cento) dos recursos provenientes do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB, na remuneração dos profissionais que atuam no magistério, em efetivo exercício de suas atividades na educação básica, conforme estabelece a Emenda Constitucional n.º 53/2006.



MUNICÍPIO DE FORMOSA DO OESTE

ESTADO DO PARANÁ

AV. SEVERIANO B. DOS SANTOS, 111 - CEP 85830-000 CNPJ: 76.208.495/0001-00 FONE/FAX 44 - 3526 -1122
www.formosadoeste.pr.gov.br

Art. 33. Nas ações e serviços públicos de saúde, o Município aplicará no mínimo o percentual de 15% (quinze por cento) da receita resultante de impostos, com a redação dada pela Emenda Constitucional n.º 29, de 13 de setembro de 2000, em conformidade com as orientações aprovada pela Resolução n.º 322, de 08 de maio de 2003, do Conselho Nacional de Saúde.

§ 1º - Os recursos transferidos pelo Ministério da Saúde para o custeio do Sistema Único de Saúde - SUS, para o desenvolvimento das ações e serviços públicos de saúde não integram o cálculo de que trata este artigo.

§ 2º - As ações estratégicas de saúde integrantes do Sistema Único de Saúde - SUS, financiados com recursos do Ministério da Saúde, compreendidos o SF - Saúde da Família e outros que venham a ser criados pelo Ministério da Saúde, poderão ser executados através de entidade jurídica de direito privado sem fins lucrativos e qualificada como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, nos termos e condições estabelecidas pela Lei Federal n.º 9.790, de 23 de março de 1999.

Art. 34. O disposto no § 1º do Art. 18 da Lei Complementar n.º 101, de 2000, aplica-se exclusivamente para fins de cálculo do limite da despesa total com pessoal, independentemente da legalidade ou validade dos contratos.

Parágrafo Único - Não se considera como substituição de servidores e empregados públicos, para efeito do *caput*, os contratos de terceirização relativos à execução indireta de atividades que, simultaneamente:

I - sejam acessórios, instrumentais ou complementares aos assuntos que constituem área de competência legal dos órgãos da administração direta, na forma da legislação pertinente;

II - não sejam inerentes a categorias funcionais abrangidas por plano de cargos do quadro de pessoal da administração direta, salvo expressa disposição legal em contrário, ou quando se tratar de cargo ou categoria extinto total ou parcialmente;

III - não caracterizem relação direta de emprego.

Art. 35. O Poder Executivo é autorizado celebrar convênios, acordos, ajustes ou congêneres, conforme legislação pertinente, objetivando contribuir para o custeio de despesas de competência de outros entes da Federação, desde que haja interesse do Município ou alguma forma de ressarcimento.

Art. 36. O Executivo Municipal poderá firmar termo de convênio com entidades que realizem ações, projetos e programas em parceria com o Município, mediante concessão de recursos financeiros a título de subvenções sociais, que atuam nas áreas de educação, saúde e assistência social, para atendimento de despesas de custeio, conforme disposto no § 3º do artigo 12 e nos artigos 16 e 17 da Lei Federal n.º 4.320, de 17 de março de 1964, que atendam as seguintes exigências:

I - sejam de atendimento direto ao público, de forma gratuita e continuada;

II - possuam título de utilidade pública;

Assistência Social;

III - sejam cadastradas no Conselho Municipal de

especial.

IV - atendam as exigências contidas em regulamento

Art. 37. A transferência de recursos financeiros às



MUNICÍPIO DE FORMOSA DO OESTE

ESTADO DO PARANÁ

AV. SEVERIANO B. DOS SANTOS, 111 - CEP 85830-000 CNPJ: 76.208.495/0001-00 FONE /FAX 44 - 3526 -1122
www.formosadoeste.pr.gov.br

entidades de caráter beneficentes, educacionais, comunitárias, assistenciais, culturais, esportivas e associativas, a título de contribuição ou auxílio, inclusive de repasse financeiro a título de anuidade, deverá cumprir com as seguintes exigências:

I - Tenham diretoria eleita e com plenos direitos estatutários;

II - possuam título de utilidade pública;

III - não tenha finalidade lucrativa;

IV - atendam as exigências contidas em regulamento especial.

Parágrafo Único - Para o cumprimento do disposto no caput deste artigo e no artigo anterior, a concessão de recursos financeiros deverá ser autorizada por lei específica, bem como estar prevista dotação no orçamento anual ou através de créditos adicionais.

Art. 38. As autorizações para abertura de créditos suplementares na lei orçamentária anual serão estabelecidas no percentual de até 15% (quinze por cento) sobre o valor total da despesa consignada para cada um dos Poderes Legislativo e Executivo, nos termos do art. 165, § 8º, da Constituição Federal, compreendendo o reforço de dotação ou a inclusão de fontes de recursos, respeitada a vinculação das fontes de recursos dentro das respectivas áreas de atuação.

Art. 39. Igualmente fica o Poder Executivo autorizado a incluir na lei orçamentária, não sendo computado para fins do limite de que trata o caput do artigo anterior, a abrir crédito adicional suplementar, usando as formas previstas no artigo 1º, incisos I e II da Lei Federal nº 4.320 que seguem:

I - o superávit financeiro das fontes de recursos existente no final do exercício imediatamente anterior aquele a que se refere o orçamento.

II- o excesso de arrecadação de fonte de recurso vinculada a convênio e/ou programa com a União e/ou Estado não previsto na Lei Orçamentária e efetivamente arrecadado no exercício, e que não dependam de crédito adicional especial.

Art. 40. Quando da execução orçamentária, nas aberturas de créditos que promovam alteração de valor no projeto ou atividade, o Executivo Municipal poderá por ato próprio proceder a compatibilização desses com as prioridades e metas constantes dos Planos PPA e LDO.

Art. 41. A Procuradoria Jurídica do Município encaminhará a Secretaria de Finanças, até 30 de julho do corrente ano, a relação dos débitos decorrentes de precatórios judiciais a serem incluídos na proposta orçamentária de 2016, devidamente atualizados, conforme determinado pelo art. 100, § 1º, da Constituição Federal, especificando:

I - número e data do ajuizamento da ação originária;

II - número do precatório;

III - tipo da causa julgada;

IV - data da autuação do precatório;

V - nome do beneficiário;

VI - valor do precatório a ser pago;



MUNICÍPIO DE FORMOSA DO OESTE

ESTADO DO PARANÁ

AV. SEVERIANO B. DOS SANTOS, 111 - CEP 85830-000 CNPJ: 76.208.495/0001-00 FONE /FAX 44 - 3526 -1122
www.formosadoeste.pr.gov.br

VII - data do trânsito em julgado; e

VIII - número da vara ou comarca de origem.

CAPÍTULO XI

Dos Fundos Especiais

Art. 42. Os Fundos Contábeis terão contabilidade centralizada na Contabilidade do Executivo Municipal e integrará a proposta orçamentária da Administração Direta, em nível de unidade orçamentária, e contera plano de aplicação que explicitará:

I - As fontes dos recursos financeiros classificados nas categorias econômicas: Receitas Correntes e Receita de Capital;

II - As aplicações, onde serão discriminadas:

a) os projeto e atividades que serão desenvolvidas através do Fundo;

b) os recursos destinados ao cumprimento das metas, das ações, classificadas sob as Categorias Econômicas: Despesas Correntes e Despesas de Capital;

III - Movimentação bancária em conta especial e vinculada ao respectivo Fundo, devidamente separada das demais contas mantidas pelo Executivo Municipal.

CAPÍTULO XII

Das Disposições Gerais e Finais

Art. 43. São vedados quaisquer procedimentos pelos ordenadores de despesa que viabilizem a execução de despesas sem comprovada e suficiente disponibilidade de dotação orçamentária.

Parágrafo único. A contabilidade registrará os atos e fatos relativos à gestão orçamentário-financeira efetivamente ocorridos, sem prejuízo das responsabilidades e providências derivadas da inobservância do *caput* deste artigo.

Art. 44. A proposta orçamentária do Poder Legislativo será elaborada pela Câmara Municipal e encaminhada ao Executivo Municipal até a data de 31 de agosto 2016, para compor o Projeto de Lei do Orçamento Geral do Município, nos termos da legislação pertinente e no limite estabelecido pela Emenda Constitucional n.º 25, de 14 de fevereiro de 2000.

Art. 45. A proposta do Orçamento Geral do Município será encaminhada pelo Poder Executivo ao Poder Legislativo até a data de 30 de setembro de 2016, para ser apreciada e deliberada nos termos da legislação em vigor, devendo ser devolvida para sanção até 15 de dezembro de 2016.

Parágrafo Único - As emendas ao projeto de lei do orçamento somente podem ser aprovadas caso;

I - sejam compatíveis com o Plano Plurianual e com as disposições desta lei, inclusive com o Anexo de Metas Fiscais;



MUNICÍPIO DE FORMOSA DO OESTE

ESTADO DO PARANÁ

AV. SEVERIANO B. DOS SANTOS, 111 - CEP 85830-000 CNPJ: 76.208.495/0001-00 FONE /FAX 44 - 3526 -1122
www.formosadoeste.pr.gov.br

II - estejam em consonância com a Lei de Responsabilidade Fiscal, em especial a capacidade orçamentária e financeira do Município;

III - sejam relacionadas com a correção de erros ou omissões.

Art. 46. Até trinta dias após a publicação da Lei Orçamentária, o Poder Executivo tomará as seguintes providências:

I - Estabelecerá a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso, nos termos do Artigo 8º da Lei de Responsabilidade Fiscal;

II - Desdobrá em metas bimestrais de arrecadação as receitas previstas no orçamento anual, e demais exigências estabelecidas no Artigo 13 da Lei de Responsabilidade Fiscal;

III - Determinará o desdobramento da Despesa Orçamentária, de forma estabelecer o QDD - Quadro de Detalhamento da Despesa Orçamentária.

Art. 47. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Formosa do Oeste,
Estado do Paraná, em 16 de agosto de 2016.

JOSÉ ROBERTO CÔCCO
PREFEITO MUNICIPAL

ANEXO II - DAS METAS FISCAIS - METAS ANUAIS PARA A RECEITA - MUNICÍPIO DE FORMOSA DO OESTE - PR - LDO 2017

ESPECIFICAÇÃO DA RECEITA										REC. REALIZADAS				ESTIMADA		RECEITA PROJETADA LDO 2016			
										2.014	2.015	2.016	2.017	2.018	2.019				
1	0	00	00	00	00	00	00	00	00	RECEITAS CORRENTES	17.008.105,72	18.456.500,14	20.894.000,00	23.582.995,33	26.177.124,82	29.056.608,55			
1	1	00	00	00	00	00	00	00	00	RECEITA TRIBUTÁRIA	964.126,64	1.115.213,07	1.139.000,00	1.338.226,39	1.485.431,29	1.648.828,73			
1	1	00	00	00	00	00	00	00	00	IMPOSTOS	865.027,22	1.013.840,45	1.023.000,00	1.206.597,17	1.339.322,86	1.486.648,37			
1	1	12	02	00	00	00	00	00	00	IPTU	274.811,65	311.059,67	337.000,00	383.551,09	425.741,71	472.573,30			
1	1	12	04	00	00	00	00	00	00	ISS	283.004,45	211.654,51	313.000,00	336.344,17	373.342,03	414.409,65			
1	1	12	08	00	00	00	00	00	00	ITBI	140.850,92	149.968,37	210.000,00	207.558,40	230.389,83	255.732,71			
1	1	13	05	00	00	00	00	00	00	IRRF	166.360,20	341.157,90	163.000,00	279.143,50	309.849,28	343.932,70			
1	1	20	00	00	00	00	00	00	00	TAXAS	99.099,42	101.372,62	116.000,00	131.629,22	146.108,43	162.180,36			
1	1	30	00	00	00	00	00	00	00	CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIAS	-	-	-	-	-	-			
1	1	30	00	00	00	00	00	00	00	RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	246.162,31	289.030,60	307.000,00	349.925,95	388.417,80	431.143,76			
1	2	00	00	00	00	00	00	00	00	RECEITAS PATRIMONIAIS	96.555,73	159.551,34	134.000,00	161.820,71	179.620,98	199.379,29			
1	3	00	00	00	00	00	00	00	00	RECEITAS MOBILIÁRIAS	96.555,73	159.551,34	134.000,00	161.820,71	179.620,98	199.379,29			
1	3	20	00	00	00	00	00	00	00	COMPENSAÇÕES FINANCEIRAS	-	-	-	-	-	-			
1	3	40	00	00	00	00	00	00	00	RECEITAS AGROPECUARIAS	-	-	-	-	-	-			
1	4	00	00	00	00	00	00	00	00	RECEITAS DE SERVIÇOS	25.919,90	41.977,42	85.000,00	62.678,07	69.572,66	77.225,65			
1	7	00	00	00	00	00	00	00	00	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	15.562.183,04	16.876.346,23	18.938.000,00	21.428.284,94	23.785.396,28	26.401.789,87			
1	7	21	01	02	00	00	00	00	00	FUNDO DE PARTICIPAÇÃO - FPM	6.992.873,15	7.322.318,40	8.800.000,00	9.603.937,16	10.660.370,25	11.833.010,98			
1	7	21	01	05	00	00	00	00	00	ITR	26.197,54	30.567,22	30.000,00	36.092,90	40.063,12	44.470,06			
1	7	21	01	99	00	00	00	00	00	FUNDO DE PARTICIPAÇÃO - FPM - 1º DECENTIO	310.171,39	407.652,77	718.000,00	591.264,94	656.304,08	728.497,53			
1	7	21	22	70	00	00	00	00	00	COTA-PARTE DA COMP. FINAN. DE REC.HIDRICOS	109.034,16	82.124,31	133.000,00	134.783,43	149.609,61	166.066,66			
1	7	21	33	10	00	00	00	00	00	SUS - ATENÇÃO BÁSICA	860.270,79	772.631,77	975.000,00	1.085.382,83	1.204.774,94	1.337.300,19			
1	7	21	33	30	00	00	00	00	00	SUS - VIGILÂNCIA EM SAUDE	45.503,14	34.467,86	71.000,00	62.521,75	69.399,14	77.033,05			
1	7	21	33	99	00	00	00	00	00	SUS - OUTRAS TRANSFERÊNCIAS	-	-	-	-	-	-			
1	7	21	34	00	00	00	00	00	00	TRANSFERÊNCIAS DO FNAS - SUAS	140.427,43	71.221,62	166.000,00	157.158,46	174.445,89	193.634,93			
1	7	21	35	00	00	00	00	00	00	TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	341.963,47	299.031,02	348.000,00	412.280,51	457.631,36	507.970,81			
1	7	21	36	00	00	00	00	00	00	COTA-PARTE DESONERAÇÃO LC 87/96	59.037,00	60.148,31	78.000,00	81.869,81	90.875,49	100.871,80			
1	7	21	99	00	00	00	00	00	00	OUTRAS TRANFERÊNCIAS DA UNIÃO	167.789,25	32.491,64	212.000,00	171.436,52	190.294,54	211.226,94			
1	7	22	01	01	00	00	00	00	00	ICMS	6.926.940,33	7.689.481,10	8.139.000,00	9.463.167,52	10.504.115,94	11.659.568,70			
1	7	22	01	02	00	00	00	00	00	IPVA	546.341,06	804.425,52	630.000,00	823.634,44	914.234,23	1.014.800,00			
1	7	22	01	04	00	00	00	00	00	F. EXPORTAÇÃO	113.746,43	114.956,94	138.000,00	152.444,65	169.213,56	187.827,05			
1	7	22	01	13	00	00	00	00	00	CIDE	1.847,92	8.486,84	10.000,00	8.319,75	9.234,92	10.250,76			
1	7	22	33	00	00	00	00	00	00	TRANSFERENCIAS DO ESTADO PROGRAMAS SAÚDE	20.300,00	182.690,63	70.000,00	112.541,98	124.921,59	138.662,97			
1	7	22	99	00	00	00	00	00	00	OUTRAS TRANFERÊNCIAS DO ESTADO	68.477,22	107.939,52	96.000,00	112.988,89	125.417,67	139.213,61			
1	7	24	00	00	00	00	00	00	00	TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB	1.764.289,13	1.925.912,33	2.069.000,00	2.395.159,10	2.658.626,61	2.951.075,53			
1	7	61	00	00	00	00	00	00	00	TRANSFERÊNCIAS CONVÊNIO CORRENTE UNIÃO	-	-	-	-	-	-			
1	7	62	00	00	00	00	00	00	00	TRANSFERÊNCIAS CONVÊNIO CORRENTE ESTADO	-	134.000,00	-	55.529,60	61.637,86	68.418,02			

[Assinatura]

ANEXO II - DE METAS FISCAIS

MUNICÍPIO DE FORMOSA DO OESTE - PR						
Metas Anuais para as Despesas - LDO 2017						
TOTAL DE DESPESAS						
CATEGORIA ECONÔMICA E GRUPOS DE NATUREZA DE DESPESA	REALIZADO		BASE		PREVISÃO	
	2014	2015	2016	2017	2018	2019
DESPESAS CORRENTES (I)	14.791.880,62	16.104.093,84	18.012.500,00	20.229.466,57	22.454.707,89	24.924.725,76
Pessoal e Encargos Sociais	7.529.645,53	9.121.748,31	9.996.500,00	10.962.097,14	12.167.927,82	13.506.399,88
Juros e Encargos da Dívida	56.538,33	30.127,23	60.000,00	61.145,36	67.871,35	75.337,20
Outras Despesas Correntes	7.205.696,76	6.952.218,30	7.956.000,00	9.206.224,07	10.218.908,72	11.342.988,68
DESPESAS DE CAPITAL (II)	1.897.388,24	1.865.571,40	1.656.500,00	3.064.609,95	3.401.717,04	3.775.905,92
Investimentos	1.161.116,69	1.382.365,10	1.056.500,00	2.303.153,10	2.556.499,94	2.837.714,93
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	736.271,55	483.206,30	600.000,00	761.456,85	845.217,10	938.190,98
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (III)	-	-	500.000,00	200.000,00	222.000,00	246.420,00
TOTAL (IV) = (I+II+III)	16.689.268,86	17.969.665,24	20.169.000,00	23.494.076,52	26.078.424,93	28.947.051,67
Limite para o Legislativo			1.051.000,00	1.166.610,00	1.294.937,10	1.437.380,18
Total Despesa Consolidada			21.220.000,00	24.660.686,52	27.373.362,03	30.384.431,86

FONTE: Prefeitura Municipal de Formosa do Oeste - PR

II - Metodologia e Memória de Cálculo

Despesas Correntes			Despesas de Capital		
Ano	Valor Nominal	Variação	Ano	Valor Nominal	Variação
2014	14.791.880,62	0	2014	1.897.388,24	0
2015	16.104.093,84	8,87	2015	1.865.571,40	-1,68
2016	18.012.500,00	11,85	2016	1.656.500,00	-11,21
2017	20.229.466,57	12,31	2017	3.064.609,95	85,01
2018	22.454.707,89	11,00	2018	3.401.717,04	11,00
2019	24.924.725,76	11,00	2019	3.775.905,92	11,00

MEMÓRIA E METODOLOGIA DE CÁLCULO

Memória de cálculo - Variação corrente = $((B7*1,18)+(C7*1,1236)+(D7*1,08))/3-1,11$, para estimar 2017 e *1,11 a cada exercício para estimar 2018 e 2019.

A despesa realizada dos exercícios de 2014 e 2015 foram calculadas a valor presente com índice de 1,18 e 1,1236 respectivamente na base 2016. A soma da despesa no valor presente dos exercícios de 2014 e 2015 mais a estimativa para 2016 é dividido por 3. O produto dessa operação aplica-se um índice de 1,11 para determinar a Meta da Despesa Corrente para o exercício de 2017 (previsão de inflação de 11%). Para os exercícios seguintes 2018 e 2019 igualmente determinado pelo índice de 1,11 a cada exercício em função da previsão inflacionária de 11%.



Priscila Bovolenta
Contador



José Roberto Cocco
Prefeito Municipal

ANEXO II - DE METAS FISCAIS
MUNICÍPIO DE FORMOSA DO OESTE - PR
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2017
AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR

(LRF, art 4º, § 2º, inciso I)

ESPECIFICAÇÃO	Metas Previstas 2015 (a)	% PIB	Metas Realizadas 2015 (b)	% PIB	Variação	
					Valor (c) = (b-a)	% (c/a) x 100
Receita Total	19.220.400	5,111	19.754.949	5,2526	534.549	2,781
Receitas Primárias (I)	18.745.400	4,984	19.595.397	5,2102	849.997	4,534
Despesa Total	18.272.400	4,858	17.969.665	4,7780	(302.735)	-1,657
Despesas Primárias (II)	17.437.400	4,636	17.456.332	4,6415	18.932	0,109
Resultado Primário (III)=(I-II)	1.308.000	0,348	2.139.066	0,5688	831.066	63,537
Resultado Nominal	1.359.559	0,361	1.240.458	0,3298	(119.101)	-8,760
Dívida Pública Consolidada	2.019.316	0,537	1.316.219	0,3500	(703.097)	-34,819
Dívida Consolidada Líquida	1.661.766	0,442	1.240.458	0,3298	(421.308)	-25,353

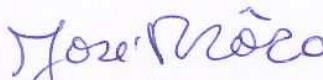
FONTE: Prefeitura Municipal de Formosa do Oeste - PR

VARIÁVEL	2015	Variação
Projeção PIB Paraná - R\$	376.095.000	5,00%

FONTE: IBGE/IPARDES



Priscila Bovolenta
Contador



Jose Roberto Coco
Prefeito Municipal

Município de Formosa do Oeste - PR
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS

ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA
2017

AMF - Demonstrativo 7 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso V)		RENÚNCIA DE RECEITA PREVISTA			COMPENSAÇÃO	R\$ 1,00
TRIBUTOS	MODALIDADE	SETOR/PROGRAMA/ BENEFICIÁRIO	2017	2018	2019	
TAXAS	Anistia	Contribuintes	10.600,00	11.734,00	12.990,00	a) Intensificação Ações de Cobrança b) Recuperação de Receita do ISS c) Aumento na Fiscalização.
IPTU	Concessão de isenção caráter não geral	Contribuintes	15.900,00	17.601,00	19.484,00	
ISS	Outros benefícios	Contribuintes Inadimplentes	44.520,00	49.283,00	54.557,00	
IPTU	Remissão	Contribuintes	12.720,00	14.082,00	15.588,00	
TOTAL			83.740,00	92.700,00	102.619,00	

FONTE: Prefeitura Municipal de Formosa do Oeste - PR

NOTA EXPLICATIVA: Na estimativa da renúncia de receita prevista para os exercícios em questão, as medidas de compensação propostas são no sentido do aumento da arrecadação anulando assim a renúncia prevista, desta forma não afeta a realização da despesa.


Priscila Bovolenta
Contador


José Roberto Coco
Prefeito Municipal

Município de Formosa do Oeste - PR
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS

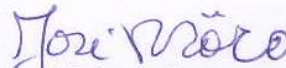
MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO
2017

AMF - Demonstrativo 8 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso V)		R\$ 1,00
EVENTO	Valor Previsto 2017	
Aumento Permanente da Receita		773.670,00
(-) Transferências Constitucionais		-
(-) Transferências ao FUNDEB		193.417,00
Saldo Final do Aumento Permanente de Receita (I)		580.253,00
Redução Permanente da Despesa(II)		-
Margem Bruta (III) = (I + II)		580.253,00
Saldo Utilizado da Margem Bruta (IV)		-
Novas DOCC		-
Novas DOCC geradas por PPP		-
Margem Líquida de Expansão de DOCC (V) = (III-IV)		580.253,00

FONTE: PRONIM PL - Planejamento e Orçamento, 27/Abr/2016, 13h e 40m.

NOTA EXPLICATIVA: Para o exercício financeiro de 2017, o Município de Formosa do Oeste ainda possui margem líquida e expansão considerável conforme demonstrado no quadro acima.


Priscila Bovolenta
Contadora


José Roberto Coco
Prefeito Municipal

Município de Formosa do Oeste - PR
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE RISCOS FISCAIS
DEMONSTRATIVO DE RISCOS FISCAIS E PROVIDÊNCIAS
2017

ARF(LRF, art 4º, § 3º)

R\$ 1,00

PASSIVOS CONTINGENTES		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
Alteração na Legislação Tributária Municipal	25.000,00	Limitação de Empenho Previsto na LRF	25.000,00
Serviço da Dívida Consolidada	20.000,00	Superávit Primário Estimado	20.000,00
SUBTOTAL	45.000,00	SUBTOTAL	45.000,00

DEMAIS RISCOS FISCAIS PASSIVOS		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
Redução do Crescimento (PIB)	125.000,00	Superávit Primário Estimado	671.000,00
Redução no Índice de Preço	80.000,00	Reserva de Contingência	200.000,00
Aumento da Inadimplência Municipal	40.000,00	Limitação de Empenho Previsto na LRF	40.000,00
Impacto na Folha de Servidores	164.000,00	Superávit Primário Estimado	164.000,00
Gastos Adicionais Diversos	45.000,00	Superávit Primário Estimado	45.000,00
SUBTOTAL	454.000,00	SUBTOTAL	1.120.000,00

TOTAL	499.000,00	TOTAL	1.165.000,00
--------------	-------------------	--------------	---------------------

FONTE: Prefeitura Municipal de Formosa do Oeste - PR.
Município de Formosa do Oeste - PR

NOTA EXPLICATIVA: No que tange aos riscos fiscais demonstrado, para a cobertura dos mesmos existe lastro suficiente conforme pode-se observar no demonstrativo.


Priscila Bovolenta
Contadora


José Roberto Coco
Prefeito Municipal

Município de Formosa do Oeste - PR
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
2017

AMF - Demonstrativo 4 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso III)

R\$ 1,00

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2015	%	2014	%	2013	%
Patrimônio/Capital	21.635.618,00	51,64	19.822.907,00	49,45	18.523.438,00	50,80
Reservas	-	-	-	-	-	-
Resultado Acumulado	20.261.794,00	48,36	20.261.794,00	50,55	17.941.631,00	49,20
TOTAL	41.897.412,00	100,00	40.084.701,00	100,00	36.465.069,00	100,00

REGIME PREVIDENCIÁRIO						
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2015	%	2014	%	2013	%
Patrimônio	-	-	-	-	-	-
Reservas	-	-	-	-	-	-
Lucros ou Prejuízos Acumulados	-	-	-	-	-	-
TOTAL	-	-	-	-	-	-

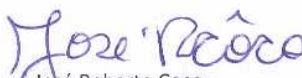
FONTE: Prefeitura Municipal de Formosa do Oeste - PR.

NOTA EXPLICATIVA:

O Município deixa de apresentar a Evolução do Patrimônio Líquido do Regime Previdenciário, por estar legalmente vinculado ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS



Priscila Bovolenta
Contador



José Roberto Coco
Prefeito Municipal

Município de Formosa do Oeste - PR
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS
2017

AMF - Demonstrativo 5 (LRF, art 4º, § 2º, inciso III)

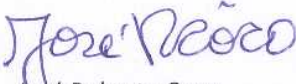
R\$ 1,00

RECEITAS REALIZADAS	2015 (a)	2014 (b)	2013 (c)
RECEITAS DE CAPITAL - ALIENAÇÃO DE ATIVOS (I)	-	-	-
Alienação de Bens Móveis	-	-	-
Alienação de Bens Imóveis	-	-	-
DESPESAS EXECUTADAS	2015 (d)	2014 (e)	2013 (f)
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS (II)	-	-	18.724,00
DESPESAS DE CAPITAL	-	-	18.724,00
Investimentos	-	-	18.724,00
Inversões Financeiras	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-
DESPESAS CORRENTES DO REGIME DE PREVIDÊNCIA	-	-	-
Regime Geral de Previdência Social	-	-	-
Regime Próprio dos Servidores Públicos	-	-	-
SALDO FINANCEIRO	2015 (g)=((Ia-IIId)+IIIf)	2014 (h)=((Ib-IIe)+ IIIf)	2013 (i)=(Ic-IIf)
VALOR (III)	5.276,00	5.276,00	5.276,00

FONTE: Prefeitura Municipal de Formosa do Oeste - PR

NOTA EXPLICATIVA: O Município tem aplicado em investimento todo o produto das alienações promovidas durante os exercícios demonstrados. Nos três últimos exercícios não houve Receita de alienação de ativos.


Priscila Bovolenta
Contador


José Roberto Coco
Prefeito Municipal

ANEXO II - DE METAS FISCAIS
MUNICÍPIO DE FORMOSA DO OESTE - PR
META FISCAL - RESULTADO PRIMÁRIO - LDO 2017
ART. 4º, PAR.2, II DA LRF

ESPECIFICAÇÃO	2014	2015	2016	2017	2018	2019
1. RECEITA TOTAL	17.515.880	19.754.949	21.220.000	24.473.036	27.165.070	30.153.228
(-) Rendimentos de Aplicação Financeira	96.556	159.551	134.000	161.821	179.621	199.379
(-) Operação de Crédito	-	-	200.000	79.920	88.711	98.469
(-) Amortização de Empréstimos	-	-	-	-	-	-
(-) Alienação de Ativos	-	-	26.000	10.390	11.532	12.801
RECEITA FISCAL LIQUIDA (I)	17.419.324	19.595.397	20.860.000	24.220.906	26.885.206	29.842.578
2. DESPESA TOTAL	16.689.269	17.969.665	20.169.000	23.494.077	26.078.425	28.947.052
(-) Amortização e Encargos da Dívida	792.810	513.334	660.000	822.602	913.088	1.013.528
(-) Aquisição de Títulos de Capital já integ.	-	-	-	-	-	-
(-) Concessão de Empréstimos	-	-	-	-	-	-
(+) Reserva de Contingência	-	-	500.000	200.000	222.000	246.420
DESPESA LIQUIDA FISCAL (II)	15.896.459	17.456.332	20.009.000	22.871.474	25.387.336	28.179.943
3. SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (III)	-	-	-	-	-	-
4. RESULTADO PRIMÁRIO (I+II-III)	1.522.865	2.139.066	851.000	1.349.432	1.497.869	1.662.635

- a) Os dados de receita e despesa foram extraídos das metas fiscais de receitas e despesas;
b) O Resultado Primário tem como função medir a capacidade de pagamento da dívida;
c) É condição para habilitar-se a novos empréstimos, apresentação de resultado primário positivo;
d) Ações orçamentárias que estimulam o resultado primário negativo:

- * Novos Empréstimos;
 - * Déficit Orçamentário;
 - * Inadimplência com a amortização da dívida, entre outras;
- e) Ações orçamentárias que estimulam o resultado primário positivo:
- * Concessão de empréstimo;
 - * Adimplência com a amortização da dívida;
 - * Superávit Orçamentário;


Priscila Bovolenta
Contador


José Roberto Cocco
Prefeito Municipal

ANEXO II - DE METAS FISCAIS
MUNICÍPIO DE FORMOSA DO OESTE - PR
META FISCAL DO RESULTADO NOMINAL - LDO 2017
ART. 4º PAR.2, ITEM II DA LRF

ESPECIFICAÇÃO	RESULTADO NOMINAL					
	EXECUTADO		FIXADO	PREVISÃO		
	2014 (b)	2015 (c)		2017 (e)	2018 (f)	2019 (g)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	1.799.425,60	1.316.219,30	916.219,30	234.682,45	(521.823,45)	(1.361.545,00)
DEDUÇÕES (II)		75.760,82				
Disponibilidade de Caixa Bruta	1.167.723,06	1.636.207,82	357.550,00	396.880,50	440.537,36	488.996,46
Haveres Financeiros	-	-	-	-	-	-
(-) Restos a Pagar Processados	1.843.615,44	1.560.447,01	-	-	-	-
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III)=(I-II)	1.799.425,60	1.240.458,48	916.219,30	234.682,45	(521.823,45)	(1.361.545,00)
RECEITA DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	-	-	-	-	-	-
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	-	-	-	-	-	-
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (III + IV - V)	1.799.425,60	1.240.458,48	916.219,30	234.682,45	(521.823,45)	(1.361.545,00)
RESULTADO NOMINAL	(b-a*)	(c-b)	(d-c)	(e-d)	(f-e)	(g-f)
	(691.550,64)	(558.967,12)	(324.239,18)	(681.536,85)	(756.505,90)	(839.721,55)

* Refere-se ao valor da dívida consolidada líquida do exercício de 2013

Memória e Metodologia de cálculo do Resultado Nominal

- a) os dados sobre o Saldo da Dívida Consolidada foram projetadas considerando o estoque da dívida, os financiamentos e amortização programadas.
b) a disponibilidade de caixa e as aplicações financeiras para o final do exercício de 2017 e seguintes, foi projetada com base apenas na acumulação do superávit financeiro.


Priscila Bovolenta
Contadora


José Roberto Cocco
Prefeito Municipal

ANEXO II - DE METAS FISCAIS
MUNICÍPIO DE FORMOSA DO OESTE - PR
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2017
METAS ANUAIS

AMF - Tabela 1 (LRF, art. 4º, § 1º)

ESPECIFICAÇÃO	2017			2018			2019		
	Valor Corrente (a)	Valor Constante	% PIB (a/PIB) x 100	Valor Corrente (b)	Valor Constante	% PIB (b/PIB) x 100	Valor Corrente (c)	Valor Constante	% PIB (c/PIB) x 100
Receita Total	24.473.036	22.047.781	5,579	27.165.070	21.907.315	5,734	30.153.228	21.850.165	5,894
Receitas Primárias (I)	24.220.906	21.820.636	5,521	26.885.206	21.681.618	5,675	29.842.578	21.625.057	5,833
Despesa Total	23.494.077	21.165.835	5,356	26.078.425	21.030.988	5,504	28.947.052	20.976.124	5,658
Despesas Primárias (II)	22.871.474	20.604.932	5,214	25.387.336	20.473.658	5,359	28.179.943	20.420.249	5,508
Resultado Primário (III)= (I-II)	1.349.432	1.215.704	0,308	1.497.869	1.207.959	0,316	1.662.635	1.204.808	0,325
Resultado Nominal	(681.537)	(613.997)	(0,155)	(756.506)	(610.085)	(0,160)	(839.722)	(608.494)	(0,164)
Dívida Pública Consolidada	234.682	211.426	0,053	(521.823)	(420.825)	(0,110)	(1.361.545)	(986.627)	(0,266)
Dívida Consolidada Líquida	234.682	211.426	0,053	(521.823)	(420.825)	(0,110)	(1.361.545)	(986.627)	(0,266)

FONTE: Prefeitura Municipal de Formosa do Oeste - PR

O cálculo das metas acima descritas foi realizado considerando-se o seguinte cenário macroeconômico:

VARIÁVEIS	2017	2018	2019
PIB Nacional (variação %)	-3,50	-3,50	-3,50
Inflação Média-Proj. IPCA (%)	8,00	8,00	8,00
Dólar Final	3,85	4,46	4,16
Projeção PIB Paraná - R\$	438.677.000	473.771.000	511.573.000

FONTE: IBGE/IPARDES

Metodologia de Cálculo dos Valores Constantes = Valor

Corrente/Índice	Índice
2017	1,1100
2018	1,2321
2019	1,3676


Priscila Bovolenta
Contador


José Roberto Cocco
Prefeito Municipal

ANEXO II - DE METAS FISCAIS
MUNICÍPIO DE FORMOSA DO OESTE - PR
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2017

METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CORRENTES										R\$ 1,00
	2014	2015	%	2016	%	Referência	%	2018	%	2019	%
Receita Total	17.515.880	19.754.949	1,13	21.220.000	1,07	24.473.036	1,15	27.165.070	1,11	30.153.228	1,11
Receita Primárias (I)	17.419.324	19.595.397	1,12	20.860.000	1,06	24.220.906	1,16	26.885.206	1,11	29.842.578	1,11
Despesa Total	16.689.269	17.969.665	1,08	20.169.000	1,12	23.494.077	1,16	26.078.425	1,11	28.947.052	1,11
Despesas Primárias (II)	15.896.459	17.456.332	1,10	19.509.000	1,12	22.871.474	1,17	25.387.336	1,11	28.179.943	1,11
Resultado Primário (I - II)	1.522.865	2.139.066	1,40	1.351.000	0,63	1.349.432	1,00	1.497.869	1,11	1.662.635	1,11
Resultado Nominal	(691.551)	(558.967)	0,81	(324.239)	0,58	(681.537)	2,10	(756.506)	1,11	(839.722)	1,11
Resultado Pública consolidada	1.799.426	1.316.219	0,73	916.219	0,70	234.682	0,26	(521.823)	-2,22	(1.361.545)	2,61
Resultado da Consolidada Líquida	1.799.426	1.240.458	0,69	916.219	0,74	234.682	0,26	(521.823)	-2,22	(1.361.545)	2,61

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CONSTANTES										R\$ 1,00
	2014	2015	%	2016	%	Referência	%	2018	%	2019	%
Receita Total	18.566.833	19.754.949	1,06	21.220.000	1,07	22.047.781	1,04	22.047.781	1,00	22.048.280	1,00
Receita Primárias (I)	18.464.484	19.595.397	1,06	20.860.000	1,06	21.820.636	1,05	21.820.636	1,00	21.821.131	1,00
Despesa Total	17.690.625	17.969.665	1,02	20.169.000	1,12	21.165.835	1,05	21.165.835	1,00	21.166.314	1,00
Despesas Primárias (II)	16.850.247	17.456.332	1,04	19.509.000	1,12	20.604.932	1,06	20.604.932	1,00	20.605.399	1,00
Resultado Primário (I - II)	1.614.237	2.139.066	1,33	1.351.000	0,63	1.215.704	0,90	1.215.704	1,00	1.215.732	1,00
Resultado Nominal	(733.044)	(558.967)	0,76	(324.239)	0,58	(613.997)	1,89	(613.997)	1,00	(614.011)	1,00
Resultado Pública consolidada	1.907.391	1.316.219	0,69	916.219	0,70	211.426	0,23	(423.524)	-2,00	(995.573)	2,35
Resultado da Consolidada Líquida	1.907.391	1.240.458	0,65	916.219	0,74	211.426	0,23	(423.524)	-2,00	(995.573)	2,35

Fonte: Prefeitura Municipal de Formosa do Oeste - PR

Metodologia de Cálculo dos Valores Constantes

Valor Corrente x Índice

	Índice
2014	1,0600
2015	1,0000
2016	1,0600

Valor Corrente/ Índice

	Índice
2017	1,1100
2018	1,2321
2019	1,3676

Considerando uma média de inflação de 11% aa.
Índice de deflação para valores constantes
 $(1 - (11/100))$
 $(1 - (11/100)) * (1 + (11/100))$
 $(1 - (11/100)) * (1 + (11/100)) * (1 + (11/100))$

1,11
1,2321
1,3676


Priscila Bovolenta
Contador


José Roberto Cocco
Prefeito Municipal



MUNICÍPIO DE FORMOSA DO OESTE

ESTADO DO PARANÁ

AV. SEVERIANO B. DOS SANTOS, 111 - CEP 85830-000 CNPJ: 76.208.495/0001-00 FONE /FAX 44 - 3526 -1122
www.formosadooeste.pr.gov.br

ANEXO III

MUNICÍPIO DE FORMOSA DO OESTE - PR

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS DE 2017

Quadro Demonstrativo dos Projetos em Andamento

Administrativo Direta - Posição em 13 de Abril de 2016

(Artigo 45, § único, da Lei Complementar nº. 101/2000)

Código do Projeto Junto orçamento	Descrição do Projeto junto ao Orçamento	Unidade Medida do Projeto	Quantidade de Medida prevista do projeto	Valor da Previsão Orçamentária do projeto	Quantidade de Mediada executada	Valor Executado projeto
	ACADEMIA DE SAÚDE	M ²	50,41	79.277,37	60%	47.868,522
	CLUBE DA TERCEIRA IDADE	M ²	56,70	67.277,45	10%	6.727,74

Formosa do Oeste – PR, 13 de Abril de 2016.


NILTON PICKLER
ENGENHEIRO CIVIL


JOSE ROBERTO COCO
PREFEITO